



O Vereador **VAGNER CHEFER** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 3283/2025

Indica-se que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, a realização de estudo de viabilidade para a implantação de profissionais de Libras nas unidades do CAPS, a fim de assegurar a inclusão e acessibilidade no atendimento.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender às necessidades de pais e responsáveis e garantir a atuação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as unidades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em razão da necessidade urgente de assegurar condições plenas de acessibilidade comunicacional às pessoas surdas que dependem desses serviços para seu acompanhamento em saúde mental. A ausência de profissionais capacitados para realizar a mediação comunicativa compromete e limita o vínculo entre os usuários e a equipe multiprofissional, interferindo diretamente na eficácia do cuidado prestado.

A presença de intérpretes de Libras, ampliando seu acesso a todos os serviços públicos, é um recurso essencial para garantir que usuários surdos tenham acesso pleno e equitativo às ações de acolhimento, ao acompanhamento individual e coletivo, às consultas, às escutas qualificadas e demais práticas realizadas no âmbito dos CAPS. Essa medida assegura que todas as etapas do processo terapêutico ocorram de maneira clara, segura e humanizada.

Além de representar uma necessidade prática, a implementação desses profissionais atende às determinações legais que regem a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta seu uso e determina a presença de intérpretes em serviços públicos, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a obrigatoriedade de garantir acessibilidade comunicacional em todos os ambientes, inclusive nos serviços de saúde.

Diante do exposto, reforça-se a importância da adoção imediata dessa medida, a fim de promover um atendimento mais inclusivo, eficiente e em conformidade com a legislação vigente, assegurando que as pessoas surdas atendidas pelos CAPS sejam contempladas de forma digna, respeitosa e igualitária no acesso ao cuidado em saúde mental.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 03 de dezembro de 2025.

VAGNER CHEFER
VEREADOR

